



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 5112, de 02 de dezembro de 2022.

EMENTA: Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2022, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marilândia, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferido pelo art. 64 inciso IV da Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Art. 1º. Para fins de encerramento do exercício financeiro de 2022 e do levantamento do Balanço Geral do Município, observarão as normas legais e regulamentares de caráter orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes, bem como as disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º. A partir da publicação deste Decreto e até a entrega da Prestação de Contas do Prefeito (CONSOLIDADA), são consideradas urgentes e prioritárias todas as atividades vinculadas à contabilidade, à auditoria, à apuração orçamentária e ao inventário dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º. As despesas relativas a contratos de duração continuada, bem como obras e instalações de exercícios futuros correrão por conta dos orçamentos dos respectivos exercícios.

Art. 4º. As Notas de Empenho serão emitidas até o dia 09 de dezembro de 2022.

§ 1º. Exclui-se do prazo estabelecido no caput deste artigo as seguintes despesas:

- a) as de pessoal, encargos sociais, obrigações patronais e outras despesas urgentes e emergentes;
- b) aquelas cujos percentuais de aplicação são definidos constitucionalmente ou através de lei específica;
- c) as custeadas com recursos recebidos de Convênios, com receita efetivamente arrecadada;
- d) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência, conforme descritas no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- e) as decorrentes de sentenças e custas judiciais; e
- f) as autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo em preferência a este Decreto.

§ 2º. Os procedimentos licitatórios cuja realização estiver em andamento, serão contabilizados por conta de dotação do orçamento de 2023 em rubrica similar ao previsto no edital de licitação e poderão ter início sem reserva de dotação, desde que as despesas estejam contempladas na LOA ou proposta orçamentária para 2023, sendo que a adjudicação do objeto da licitação só ocorrerá após a entrada em vigor da Lei Orçamentária de 2023.

§ 3º. Será encaminhado pelo Departamento de Contabilidade aos Secretários Municipais, contendo a relação dos empenhos não liquidados para a manifestação de qual empenho deverá ser inscrito em Restos a Pagar Não Processado.

§ 4º. Os saldos de todos os empenhos não liquidados poderão ser cancelados pelo Departamento de Contabilidade, caso o Secretário Municipal não encaminhe resposta à Contabilidade no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento do comunicado citado no § 4º deste artigo, recaiando a responsabilidade pelo ato de cancelamento ao Secretário Municipal em razão da omissão da resposta no prazo solicitado.

Art. 5º. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, conforme estabelecido no artigo 60, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º A ausência do prévio empenho não prejudicará o reconhecimento contábil da despesa, observando-se o regime de competência, sem prejuízo da apuração da responsabilidade do agente que der causa à irregularidade, nos termos da Lei.

§ 2º Na ocorrência de despesas executadas pela Administração no exercício vigente sem emissão de empenho prévio, os Chefes responsáveis deverão comunicar ao Departamento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração

Contabilidade para realizar o reconhecimento contábil das referidas obrigações, em observância ao regime de competência e promover avaliação do Ordenador de Despesas quanto à necessidade de abertura de sindicância administrativa.

Art. 6º - Em observância ao princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as despesas relativas a contratos de obras e serviços de engenharia de vigência plurianual deverão ser empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.

Art. 7º - Os empenhos de suprimentos de fundos não poderão ser inscritos em Restos a Pagar e seus saldos financeiros deverão ser restituídos/depositados em conta bancária até o dia **20 de dezembro de 2022**.

§ 1º A prestação de contas dos suprimentos de fundos deverá ser realizada até o dia 22 de dezembro de 2022 à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 8º - Os saldos de Restos a Pagar inscritos até o dia 31 de dezembro de 2019, e de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, deverão ser cancelados até o dia 31 de dezembro de 2022 pelos.

Art. 9º O prazo limite para entrega de mercadorias e notas fiscais ao almoxarifado geral do Município será 20 de dezembro de 2022, salvo as despesas excepcionadas no § 1º do art. 4º.

Art. 10º As Notas de liquidação da despesa serão emitidas até o dia 21 de dezembro de 2022, salvo as despesas excepcionadas no § 1º do art. 4º.

§1º Os empenhos cujos serviços ou materiais contratados tenham sido prestados ou entregues e que se encontre após esta data em fase de verificação do direito adquirido pelo credor ou quando o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente, serão registrados na fase de "em liquidação" para que os saldos desses empenhos sejam inscritos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação.

§2º Para fins do disposto neste artigo consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido efetivamente realizadas no exercício, e liquidadas aquelas cujos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11º O prazo limite para pagamento de despesas no corrente exercício será o dia 28 de dezembro de 2022.

Parágrafo Único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo os casos previstos no § 1º do artigo 4º.

Art. 12º O prazo limite para encerrar nas Instituições Financeiras as contas bancárias sem movimentação e/ou sem saldo financeiro e inativas por no mínimo dois (02) anos, exceto as contas de convênios e programas ativos, será o dia 29 de dezembro do corrente exercício.

Parágrafo único. Deverá ser informada ao setor de contabilidade, a relação das contas bancárias encerradas nas Instituições Financeiras que ainda constam no Sistema de contabilidade para sua desativação.

Art. 13º Os Secretários Municipais deverão elaborar o Relatório de Gestão contendo as ações, projetos e atividades desenvolvidas pela secretaria no decorrer do exercício de 2022, e enviar em formato PDF e Word até 10 de fevereiro de 2023 por email contabilidade@marilandia.es.gov.br ao Departamento de Contabilidade, para elaboração do Relatório de Gestão das Contas de Ordenador, a ser juntado a PCA 2022 para envio ao TCEES em atendimento ao Anexo III da IN 068/2022 do TCEES.

Art. 14º O Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos do FUNDEB (art. 27 da Lei Federal nº 11.494/2006) e o Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 34 a 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2012), deverá enviar o parecer sobre a análise das contas da saúde e da educação relativo ao exercício de 2022 até o dia 01/03/2023 para o Departamento de Contabilidade.

Parágrafo único. Os membros dos conselhos só poderão ser substituídos após a data limite estabelecidos no artigo anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração

Art. 15º. O Secretária Municipal de Administração constituirá, até o dia 09 de dezembro de 2022, por meio de Portaria ou sugerindo Decreto ao Chefe do Poder Executivo, comissão para elaboração do inventário anual dos bens patrimoniais e do almoxarifado da Administração Municipal do Poder Executivo, o qual será encaminhado ao Departamento de Contabilidade até o dia 20 de janeiro de 2023, para os devidos registros e remessa ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. O inventário a que se refere o caput deste artigo informará toda movimentação de entradas e saídas, especificando as quantidades e valores individualizados dos bens móveis e imóveis e dos estoques em almoxarifado, os bens em poder de terceiros e os bens de terceiros em poder do órgão ou entidade, e servirão de base para elaboração dos resumos de inventários e demonstrativos.

Art. 16º. Até o dia 13 de janeiro de 2023 a Setor de Tributação do Município, da Secretaria de Fazenda, encaminhará ao Departamento de Contabilidade demonstrativo da dívida ativa e demais direitos a receber, tributário e não tributário, do exercício de 2022, devidamente assinado pelo gestor e por profissional responsável, destacando-se o saldo inicial, as inscrições no exercício, as baixas por pagamento, as baixas por cancelamentos, acompanhadas de documentação que comprove sua legalidade e motivação e o saldo final.

Art. 17º. Os Secretários Municipais ficam obrigados a prestar as informações solicitadas pela Contabilidade e Controladoria, e a informar até o dia 31 de janeiro de 2023, fatos que possam influenciar na interpretação dos resultados do exercício.

Parágrafo único. O não envio das informações dentro do prazo previsto no caput deste artigo implicará a validação dos resultados processados pelo Setor de Contabilidade do Município.

Art. 18º. A perda dos prazos estabelecidos neste Decreto implicará na responsabilidade dos servidores encarregados da informação, no âmbito de suas áreas de competência, ensejando apuração de ordem funcional nos termos da legislação vigente.

Art. 19º. O controle e a aplicação das normas contidas neste Decreto ficam a cargo da Secretaria Municipal de Finanças e à Secretaria Municipal de Controle e Transparência, que poderá editar normas suplementares específicas, necessárias à perfeita eficácia do presente Decreto.

Art. 20º. O disposto neste Decreto aplica-se no que couber ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 21º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Marilândia ES, 02 de dezembro de 2022.

Assinado digitalmente por AUGUSTO
ASTORI FERREIRA:12228846740 Data:
02/12/2022 11:49:24

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

Registrado na SEMADI
Da P.M.M.
Em, 02/12/2022.



Fabiana Croskopp Bastos
Chefe do Setor Legislativo

Data de publicação
O PRESENTE ATO FOI FIXADO NESTA
PREFEITURA DE MARILÂNDIA - ES
EM, 02/12/2022

Milena Drago Pinto
SERVIDOR
Milena Drago Pinto
Assessora Técnica
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA	
DATA LIMITE	PROCEDIMENTOS: ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2022
09/12/2022	Limite para emissão de Notas de Empenhos excetuando-se §1º do Art. 4º. <u>Responsável: Departamento de Contabilidade</u>
20/12/2022	Restituição de Suprimento de fundos não utilizados – Art. 7º. <u>Responsável: Secretários em Geral</u>
22/12/2022	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos - Art. 7º § 1º <u>Responsável: Secretários em Geral</u>
20/12/2022	Prazo limite para entrega de mercadorias e notas fiscais ao almoxarifado geral do Município – Art. 9º <u>Responsável: Setor de Almoxarifado / Secretaria de Administração</u>
21/12/2022	Prazo limite para liquidação da despesa – Art. 10º. <u>Responsável: Departamento de Contabilidade</u>
28/12/2022	Prazo Limite para pagamento de despesas no corrente exercício – Art. 11º. <u>Responsável: Secretaria Municipal de Finanças</u>
29/12/2022	Prazo limite para encerrar nas Instituições Financeiras todas as contas bancárias sem movimentação e sem saldo financeiro e inativas por no mínimo dois (02) anos – Art. 12º <u>Responsável: Secretaria Municipal de Finanças</u>
	PROCEDIMENTOS: ENVIO DA PCA/CIDADESWEB/TCEES
10/02/2023	Envio dos relatórios de gestão dos Secretários Municipais ao Departamento de Contabilidade – Art. 13º <u>Responsável: Secretários em Geral</u>
01/03/2023	Emissão do Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos do FUNDEB e o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – Art. 14º <u>Responsável: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde</u>
09/12/2022	Encaminhar Portaria/Decreto da Comissão para Elaboração do Inventário Anual - Art. 15º <u>Responsável: Secretaria Municipal de Administração</u>
20/01/2023	Encaminhar ao Departamento de Contabilidade o Inventário de bens patrimoniais e de almoxarifado de 2022 – Art. 15º <u>Responsável: Comissão de Elaboração de Inventário</u>
13/01/2023	Encaminhar ao Departamento de Contabilidade demonstrativo da dívida ativa e demais direitos a receber, tributário e não tributário – Art. 16º <u>Responsável: Setor Tributário</u>

